Falta investimento na Educação. Sindicatos dos professores avaliam OE2027

jornaleconomico.sapo.pt/noticias/falta-investimento-na-educacao-sindicatos-dos-professores-avaliam-oe2027

Almerinda Romeira November 4, 2026



FENPROF, FNE e SNESup, as três maiores estruturas sindicais do Educação, Ensino Superior e Ciência, avaliam ao Jornal Económico a proposta do Orçamento do Estado para 2027 apresentada pelo Governo e dão conta dos aspetos a melhorar.



Almerinda Romeira
4 Novembro 2026, 13h22

A proposta do Orçamento do Estado para a Educação, Ensino Superior e Ciência é escrutinada esta quarta-feira, 4, pelos deputados na Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública e na Comissão de Educação e Ciência. No exterior, representantes dos professores reivindicam, entre outros coisas, mais investimento para o sector.

O Jornal Económico ouviu as três maiores estruturas sindicais do sector – FENPROF (Federação Nacional dos Professores), FNE (Federação Nacional de Educação) e SNESup (Sindicato Nacional do Ensino Superior) – sobre a proposta. Eis a sua avaliação.

José Feliciano Costa
Secretário-geral da FENPROF -Federação Nacional dos Professores



A Educação tinha uma despesa consolidada de 7.543 milhões de euros, mais 5% face a 2025. Para 2027, a verba aumenta para 7.787,9 milhões, mais 244,9 milhões. Contudo, prevendo-se um crescimento nominal do PIB de 4,1%, para cerca de 334 mil milhões, a Educação representará apenas 2,33% do PIB. Ou seja, apesar do aumento nominal, o esforço orçamental relativo diminui. Se a riqueza nacional cresce mais depressa do que a dotação da Educação, o seu peso nas prioridades nacionais recua.

Importa olhar para a composição da despesa: 6.624,2 milhões de euros, cerca de 85,1% do orçamento, destinam-se a pessoal. O aumento de 256,1 milhões visa,

essencialmente, responder a compromissos já assumidos, como a recuperação do tempo de serviço. Com um crescimento nominal de 4% e uma inflação prevista de 2,3%, o aumento real será de apenas 1,7%.

Onde está, então, o investimento na valorização da carreira docente e na melhoria das condições das escolas?

Pedro Barreiros
Secretário-geral da FNE – Federação Nacional da Educação



FNE Pedro Barreiros

O Orçamento do Estado é a expressão financeira das prioridades políticas do Governo. Para a FNE, o OE2027 tem de demonstrar, com medidas e recursos concretos, que a Educação é uma verdadeira prioridade nacional.

A FNE defende uma trajetória de investimento público que aproxime Portugal dos 6% do PIB e que se traduza em melhorias efetivas nas escolas. É indispensável cumprir o acordo de maio de 2024, garantindo a última parcela da recuperação do tempo de serviço em julho de 2027, corrigir ultrapassagens e valorizar a carreira docente, com salários mais justos, progressões sem bloqueios, menos burocracia e mais tempo para ensinar. É igualmente urgente valorizar os restantes trabalhadores da Educação, reforçar as equipas e responder à falta de professores, à inclusão e à indisciplina.

O OE2027 deve ir além dos anúncios: exige compromissos, financiamento e resultados verificáveis. Investir na Educação é investir no futuro do país e valorizar quem faz a Escola Pública acontecer.

José Moreira
Presidente do SNESup – Sindicato Nacional do Ensino Superior



No setor do Ensino Superior e da Ciência, o OE2027 fica marcado pelo fim do PRR. O investimento e as transferências de capital destinados ao ensino superior e à ciência diminuem mais de 50%, sobretudo devido ao fim do PRR. Se descontarmos o efeito deste programa europeu, as despesas de capital aumentam apenas 1%, muito abaixo da inflação. Em termos reais, isso significa uma redução do investimento num setor que necessita urgentemente de criar e recuperar infraestruturas para responder aos desafios societais.

Em particular, na área da Ciência, e mesmo descontando o efeito do PRR, o investimento diminui 50 milhões de euros, o que representa uma quebra de 21%.

Quanto ao emprego científico, o relatório do Orçamento do Estado não apresenta informação específica. Relativamente às bolsas de investigação científica, é referido um montante de 67 milhões de euros, financiado em 40% pelo Fundo Social Europeu (FSE). No caso do financiamento das universidades, o reforço situa-se ao nível da inflação, em cerca de 3%. Não representa, por isso, um aumento real do financiamento. Num subsetor dramaticamente subfinanciado, esta é uma má notícia.

RECOMENDADO

Copyright © Jornal Económico. Todos os direitos reservados.